



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 004/2022**

Florianópolis, 7 de janeiro de 2022.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que altera o Decreto nº 1.661, de 30 de dezembro de 2021, que atualiza os valores das taxas estaduais previstas na Lei nº 7.541, de 1988, e estabelece outras providências.

2. A Lei nº 18.319, de 30 de dezembro de 2021, através de seu art. 1º, estabeleceu a possibilidade de atualização dos valores das taxas estaduais, até 31 de dezembro de 2021, observando-se a variação, no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. Nesse diapasão, foi publicado o Decreto nº 1.661, de 2021, prevendo a atualização dos valores das taxas vigentes no Estado de Santa Catarina, nos termos do Anexo único da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988. Contudo, a referida norma de atualização não contemplou as taxas instituídas através da Lei nº 18.044, de 22 de dezembro de 2020, apesar de tais tributos constarem da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988. Dessa forma, a presente alteração busca corrigir lacuna presente no Decreto nº 1.661, de 2021, de forma a manter os valores das taxas estaduais padronizados e atualizados, conforme a norma vigente.

4. A cláusula de vigência prevê a produção de efeitos a partir da publicação do decreto.

5. Por fim, solicitamos que a tramitação desta minuta de decreto ocorra em regime de urgência, tendo em vista que a norma alterada já se encontra em plena produção de efeitos.

Respeitosamente,

**PAULO ELI**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS MOISÉS DA SILVA**  
Governador do Estado  
Florianópolis/SC

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

REDAÇÃO ATUAL			REDAÇÃO PROPOSTA			JUSTIFICATIVA
ANEXO ÚNICO			ANEXO ÚNICO			A Lei nº 18.319, de 30 de dezembro de 2021, através de seu art. 1º, estabeleceu a possibilidade de atualização dos valores das taxas estaduais, até 31 de dezembro de 2021, observando-se a variação, no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  Nesse diapasão, foi publicado o Decreto nº 1.661, de 2021, prevendo a atualização dos valores das taxas vigentes no Estado de Santa Catarina, nos termos do Anexo único da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988. Contudo, a referida norma de atualização não contemplou as taxas instituídas através da Lei nº 18.044, de 22 de dezembro de 2020, apesar de tais tributos constarem da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988.  Dessa forma, a presente alteração busca corrigir lacuna presente no Decreto nº 1.661, de 2021, de forma a manter os valores das taxas estaduais padronizados e atualizados, conforme a norma vigente.
“ ..... ”  TABELA III ATOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA TAXA DE SERVIÇOS GERAIS			“ ..... ”  TABELA III ATOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA TAXA DE SERVIÇOS GERAIS			
CÓDI GO	DISCRIMINAÇÃO	VALO R EM REAIS (R\$)	CÓDI GO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM REAIS (R\$)	
.....	.....	.....	.....	.....	.....	
2.4.2. 11	Registro de Placas de experiência ou renovação mensal	743,91	2.4.2. 11	Registro de Placas de experiência ou renovação mensal	743,91	
2.4.3	Autorização para:		2.4.2. 12	Transferência eletrônica por meio do Certificado de Registro de Veículo - Eletrônico (CRV-e), do Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE), para veículos em estoque, entre concessionárias, revendedoras e afins de veículos	38,76	
.....	.....	.....	2.4.2. 13	Cancelamento de gravame	393,34	
			2.4.3	Autorização para:		
			.....	.....	.....	
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA			REDAÇÃO PROPOSTA			JUSTIFICATIVA
			Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.			Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir da publicação.

